**O PAPEL DA BNCC NA FORMAÇÃO DOCENTE: Desafios e Possibilidades para a Educação Infantil**

**RESUMO**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco na política educacional brasileira, estabelecendo diretrizes fundamentais para a Educação Básica e influenciando diretamente a formação docente. Este estudo tem como objetivo analisar de que maneira a BNCC impacta a formação dos professores da Educação Infantil, identificando os desafios e possibilidades na implementação de suas diretrizes pedagógicas. Para isso, adotou-se uma metodologia de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, baseada na análise de diretrizes e as políticas da BNCC. A pesquisa discute a formação docente conforme as competências exigidas pela BNCC, refletindo sobre a adequação dos programas de formação continuada às exigências desse documento normativo. Além disso, investiga as dificuldades enfrentadas pelos professores na transposição das diretrizes da BNCC para a prática pedagógica, considerando fatores como a infraestrutura escolar, a valorização profissional e a necessidade de formação continuada. Entre as possibilidades identificadas, destacam-se a valorização do brincar como eixo estruturante da aprendizagem infantil, a integração de práticas pedagógicas inovadoras e a ampliação do acesso a formações que qualifiquem os professores para atuar de maneira reflexiva e crítica diante das exigências da BNCC. Por outro lado, o descompasso entre teoria e prática, desafios como a falta de recursos e a necessidade de maior suporte pedagógico nas redes de ensino ainda representam entraves à implementação efetiva das diretrizes. Os resultados esperados indicam que, embora a BNCC traga avanços na estruturação curricular da Educação Infantil, sua consolidação depende de um processo contínuo de reflexão e aprimoramento da formação docente. Assim, o estudo contribui para a compreensão do papel da BNCC na qualificação dos professores e para o debate sobre estratégias que potencializem sua aplicação na realidade educacional brasileira.

**Palavras-chave**:  Base Nacional  Comum  Curricular (BNCC). Formação docente. Educação Infantil.

**ABSTRACT**

The National Common Curricular Base (BNCC) represents a milestone in Brazilian educational policy, establishing fundamental guidelines for Basic Education and directly influencing teacher training. This study aims to analyze how the BNCC impacts the training of Early Childhood Education teachers, identifying the challenges and possibilities in implementing its pedagogical guidelines. To this end, a bibliographic and documentary methodology was adopted, with a qualitative approach, based on the analysis of BNCC guidelines and policies. The research discusses teacher training according to the competencies required by the BNCC, reflecting on the adequacy of continuing education programs to the requirements of this normative document. In addition, it investigates the difficulties faced by teachers in transposing the BNCC guidelines into pedagogical practice, considering factors such as school infrastructure, professional development and the need for continuing education.Among the possibilities identified, the following stand out: the valorization of play as a structuring axis of children's learning, the integration of innovative pedagogical practices and the expansion of access to training that qualifies teachers to act in a reflective and critical manner in light of the requirements of the BNCC. On the other hand, the mismatch between theory and practice, challenges such as the lack of resources and the need for greater pedagogical support in education networks still represent obstacles to the effective implementation of the guidelines. The expected results indicate that, although the BNCC brings advances in the curricular structuring of Early Childhood Education, its consolidation depends on a continuous process of reflection and improvement of teacher training. Thus, the study contributes to the understanding of the role of the BNCC in the qualification of teachers and to the debate on strategies that enhance its application in the Brazilian educational reality.

**Keywords**: National Common Curricular Base (BNCC). Teacher training. Early Childhood Education.

**1 INTRODUÇÃO**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecida em 2017, é um marco na educação brasileira, com a missão de garantir uma educação de qualidade, equitativa e capaz de promover o desenvolvimento integral dos estudantes, dito pela BNCC. Com uma abordagem que vai da Educação Infantil ao Ensino Médio, a BNCC define as aprendizagens essenciais e as diretrizes pedagógicas para cada etapa da educação básica. No contexto da Educação Infantil, a BNCC propõe um modelo que não apenas contempla aspectos cognitivos, mas também os afetivos, sociais e culturais, com o objetivo de promover o crescimento pleno das crianças, respeitando suas individualidades e contextos.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o papel da BNCC na formação docente da Educação Infantil, explorando os desafios e as possibilidades que surgem com sua implementação. Para isso, os objetivos específicos são: investigar como a BNCC impacta a formação docente e a prática pedagógica na Educação Infantil; identificar as dificuldades e barreiras enfrentadas pelos professores na adaptação ao currículo proposto pela BNCC; analisar as estratégias e possibilidades de adequação dos processos formativos à BNCC, incluindo as políticas públicas e programas de formação continuada.

A Educação Infantil é a base para o desenvolvimento humano e, como tal, exerce impacto direto na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Discutir a adequação das práticas pedagógicas às orientações da BNCC é fundamental para garantir que todas as crianças, independentemente de sua origem, tenham acesso a uma educação que favoreça seu desenvolvimento integral. Ao abordar as dificuldades e as oportunidades que a implementação da BNCC oferece, este trabalho busca contribuir para a reflexão sobre como a formação docente pode ser aprimorada, impactando positivamente as futuras gerações.

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Serão explorados as diretrizes e as políticas da BNCC voltadas para a formação de professores, bem como o impacto dessas diretrizes nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. A análise buscará compreender as conexões entre as competências gerais da BNCC, as necessidades formativas dos docentes e as implicações para o desenvolvimento das crianças, investigando como a implementação dessas diretrizes pode influenciar a qualidade da educação e o aprimoramento das habilidades pedagógicas dos profissionais da educação infantil.

Para atingir esses objetivos, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: O primeiro tópico, já delineado nesta introdução, aborda as intenções e objetivos da pesquisa. No segundo tópico, será apresentada a BNCC e sua relação com a Educação Infantil, detalhando seus princípios e diretrizes. No terceiro tópico, discutiremos a formação docente frente às demandas impostas pela BNCC, focando nas exigências da formação inicial e continuada. O quarto tópico se dedica a analisar os desafios enfrentados pelos professores na implementação da BNCC e as possibilidades de alinhamento da formação docente às diretrizes da BNCC, considerando estratégias eficazes para o aprimoramento da prática pedagógica. Por fim, nas considerações finais, serão apresentadas as conclusões da pesquisa, bem como sugestões para a melhoria das políticas de formação e da implementação da BNCC.

**2. REFERÊNCIAL TEÓRICO**

**2.1 A BNCC e a educação infantil**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem sua origem nas políticas educacionais brasileiras voltadas para a construção de um currículo nacional unificado. A Constituição Federal de 1988 impulsionou a sua elaboração, que determinou a garantia de padrões de qualidade na educação, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que estabeleceu a necessidade de uma base comum para os currículos escolares. Todo o processo de construção da BNCC teve início formalmente em 2015, com a primeira versão do documento sendo submetida a amplas consultas públicas e revisões. Após ajustes e contribuições de especialistas, educadores e gestores, em 2017, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC), tornando-se um referencial obrigatório para todas as escolas de educação básica do país. Seu principal objetivo é garantir equidade no ensino, definindo aprendizagens essenciais para cada etapa escolar, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, promovendo assim a formação integral dos estudantes e a melhoria da qualidade educacional no Brasil. Estabelecido por Silva (2001):

“a qualidade já existe – qualidade de vida, qualidade de educação, qualidade de saúde. Mas apenas para alguns. Nesse sentido, qualidade é apenas sinônimo de riqueza e, como riqueza, trata-se de um conceito relacional. Boa e muita qualidade para uns, pouca e má qualidade para outros” (SILVA, 2001, p. 20).

A BNCC estabelece direitos de aprendizagem e campos de experiência que orientam o trabalho pedagógico na Educação Infantil. Seu foco está na valorização do brincar, da escuta, da sensibilidade, da linguagem e da convivência como eixos fundamentais para o desenvolvimento infantil. Rodrigues et al. (2023) apontam que a formação inicial de professores enfrenta desafios ao tentar alinhar-se às diretrizes da BNCC, sendo necessário um diálogo mais efetivo entre as políticas curriculares e os contextos reais de atuação docente.Conforme o PNE (2017):

“A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)” (BRASIL, 2017, p. 7).

Os campos de experiência definidos pela BNCC — "O eu, o outro e o nós", "Corpo, gestos e movimentos", "Traços, sons, cores e formas", "Escuta, fala, pensamento e imaginação" e "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações" — organizam a prática docente de maneira a respeitar os processos de aprendizagem das crianças de forma integral. Ao apresentar essas diretrizes, a BNCC contribui para uma maior valorização do trabalho pedagógico com as crianças pequenas, exigindo, porém, uma formação sólida e sensível por parte dos professores.

**2.2 A formação docente e a BNCC**

Ao longo da história da educação brasileira, a formação docente passou por diversas transformações até a consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A formação de professores, inicialmente, era marcada por modelos tradicionais e centralizados, voltados mais para a transmissão de conteúdo do que para a compreensão do processo educativo em si. Segundo Veiga (2009), a prática pedagógica exige uma fundamentação teórica explícita, sendo a formação continuada essencial para que os professores desenvolvam uma prática educativa intencional e embasada, integrando teoria e prática de forma reflexiva. Avultado por Gatti e Barreto (2009):

“A formação de professores sem cursos específicos é inaugurada no Brasil no final do século XIX com as Escolas Normais destinadas à formação de docentes para as „primeiras letras ‟. Essas escolas correspondiam ao nível secundário de então. Devemos lembrar que nesse período, e ainda por décadas, a oferta de escolarização era bem escassa no país, destinada a bem poucos. Nos inícios do século XX aparece a preocupação com a formação de professores para o secundário (correspondendo aos atuais anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio), em cursos regulares e específicos. A formação desse tipo de professor inicia-se com a criação de universidades. Até então esse trabalho era exercido por profissionais liberais ou autodidatas, mas há que considerar que o número de escolas secundárias era bem pequeno, bem como o número de alunos” (GATTI E BARRETO, 2009, p.37).

Durante o século XX, com o avanço das políticas educacionais e a valorização da profissão docente, surgiram propostas voltadas à profissionalização do magistério e à valorização da prática pedagógica. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) representaram marcos importantes nesse processo, ao assegurarem a formação de qualidade e a valorização dos educadores como pilares para uma educação democrática. Nesse sentido, a BNCC surge como mais um passo nessa trajetória, ao propor uma referência nacional para orientar os currículos escolares e, consequentemente, a formação inicial e continuada dos professores, especialmente os da Educação Infantil, reforçando a importância de uma prática pedagógica coerente com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular propõe um projeto educacional que necessita de elementos básicos para a sua concretização, requer condições materiais e de infraestrutura nas escolas, logo, que esses aspectos, refletem sobre a formação docente, conforme Janz (2020). A implementação da BNCC demanda mudanças significativas na formação inicial e continuada dos professores da Educação Infantil. Sendo essas formações, ofertada por instituições de ensino superior, no início da graduação, ainda apresenta lacunas quanto ao preparo dos docentes para lidar com as especificidades da infância e as exigências da BNCC. Já a formação continuada, fundamental para a atualização profissional, muitas vezes não acompanha as transformações curriculares e as necessidades reais dos professores. Explanado por Imbernón (2011):

“Os   futuros   professores   e   professoras   também   devem   estar preparados para entender as transformações que vão surgindo nos diferentes campos e para ser receptivos e abertos a concepções pluralistas, capazes de adequar suas atuações às necessidades dos alunos e alunas em cada época e contexto” (IMBERNÓN, 2011, p. 55).

A formação docente não deve se restringir à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda que esta esteja amparada por dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB, 2010a), a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2014) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014). A constituição de um profissional da educação crítico e comprometido exige uma formação fundamentada em múltiplas abordagens teóricas, que possibilitem a compreensão dos fenômenos sociais e educacionais sob uma perspectiva crítica, contextualizada, transdisciplinar e enraizada na realidade escolar.

Para que o professor atue de forma competente e reflexiva, é necessário que domine os fundamentos da educação, as teorias do Estado e da sociedade, bem como os conhecimentos específicos de sua área de atuação, contemplando as metodologias adequadas às diferentes etapas e modalidades do processo educativo. Além do domínio teórico-metodológico, é imprescindível que o educador desenvolva uma postura ética, com compromisso social e político diante dos desafios da educação contemporânea. Conforme Imbernón (2016):

“As escolas vão mudando e os professores têm de fazê-lo no mesmo ritmo. É possível que, ao longo prazo, muitas das coisas que têm sido ensinadas nas escolas possam ser aprendidas fora das paredes das salas de aula. No entanto, não será possível enfrentar o futuro sem ensinar e aprender a complexidade de ser cidadão e as diversas sensibilidades nas quais se materializa: democrática, social, solidária, igualitária, intercultural e relativa ao meio ambiente” (IMBERNÓN, 2016, p.51).

Apesar das dificuldades, existem diversas possibilidades de alinhar a formação docente às exigências da BNCC. A criação de programas de formação continuada focados nos princípios da BNCC, com base em práticas reflexivas e colaborativas, pode contribuir significativamente para esse processo. Experiências exitosas apontam que o investimento em oficinas, grupos de estudos, formação em serviço e acompanhamento pedagógico contribuem para transformar a prática docente e aproximá-la das diretrizes curriculares. O trabalho coletivo e o compartilhamento de experiências entre professores também são estratégias eficazes para enfrentar os desafios e consolidar as mudanças propostas pela BNCC. Abreu, Duarte e Costa (2024) destacam que a implementação da BNCC na Educação Especial enfrenta obstáculos significativos, como a formação inadequada dos professores e a falta de clareza sobre as funções dos profissionais envolvidos, o que compromete a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas.

As competências gerais da BNCC — como pensamento crítico, empatia, responsabilidade, criatividade e comunicação — têm impacto direto no desenvolvimento profissional dos professores. Ao incorporar essas competências em sua formação e atuação, o docente amplia sua visão sobre o papel da educação infantil e fortalece sua prática pedagógica. Isso implica não apenas um domínio técnico dos conteúdos, mas também uma postura ética, investigativa e sensível às demandas sociais e emocionais das crianças. Dessa forma, a BNCC contribui para a formação de um professor mais reflexivo, autônomo e preparado para atuar em contextos diversos, promovendo uma educação mais significativa e transformadora.

**2.3 Desafios e estratégias na implementação da BNCC**

Entre os principais desafios enfrentados na implementação da BNCC na Educação Infantil estão a dificuldade de adaptação dos docentes às novas exigências curriculares, a ausência de políticas de formação eficazes, e a falta de estrutura nas instituições educativas. Muitos professores ainda não se sentem suficientemente preparados para aplicar os campos de experiência propostos, o que evidencia a necessidade de maior investimento em formação e acompanhamento pedagógico. Além disso, há um descompasso entre o que a BNCC propõe e o que é vivenciado nas realidades escolares, especialmente nas regiões mais vulneráveis, o que reforça a importância de políticas públicas voltadas à equidade educacional, principalmente nas escolas públicas. Asseverado por Silva (2001):

“As escolas públicas não estão no estado em que estão simplesmente porque gerenciam mal seus recursos ou porque seus métodos ou currículos são inadequados. Elas não têm os recursos que deveriam ter porque a população a que serve está colocada numa posição de subordinada em relação às relações dominantes de poder” (SILVA, 2001, p. 20).

A construção de um currículo para a Educação Infantil no Brasil tem sido historicamente marcada por desigualdades sociais e educacionais, refletindo as tensões entre concepções compensatórias e práticas de escolarização precoce. Como apontam Santos e Macedo (2021, p.3), essa discussão carrega em si as marcas da tentativa de “compensar” as supostas carências culturais das crianças oriundas das classes populares, ou ainda, de antecipar processos de ensino próprios das etapas posteriores da escolarização formal. Ambas as abordagens desconsideram as especificidades do desenvolvimento infantil e negligenciam o direito das crianças a uma educação que respeite seu tempo, suas linguagens e suas experiências.

Ao adotar um currículo compensatório, parte-se da premissa equivocada de que as crianças de contextos populares chegam à escola com um “déficit” que precisa ser corrigido, desvalorizando suas culturas, saberes e formas de expressão. Essa visão reforça desigualdades ao invés de superá-las, pois nega a diversidade cultural e as múltiplas formas de ser criança. Por outro lado, ao promover a antecipação da escolarização, expõe-se a criança a práticas pedagógicas descontextualizadas, que não respeitam sua fase de desenvolvimento, impondo exigências cognitivas que não condizem com a etapa da Educação Infantil.

Pesquisadores da área da infância têm demonstrado, com base em estudos e evidências, que a escolarização precoce é inadequada e prejudicial. A Educação Infantil deve ser orientada por práticas lúdicas, investigativas e afetivas, centradas no brincar, na escuta e na interação. Essa abordagem, reconhecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), valoriza as infâncias em suas múltiplas expressões e contribui para a construção de uma educação mais justa e inclusiva.

Portanto, discutir o currículo da Educação Infantil exige reconhecer essas armadilhas históricas e propor caminhos que rompam com práticas excludentes. É necessário construir propostas pedagógicas que afirmem o direito das crianças a uma infância plena, rica em experiências culturais, emocionais e sociais, e que respeitem sua singularidade, seus contextos e seu modo próprio de aprender.

**3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste estudo, chegou-se à conclusão de que a BNCC, embora seja uma ferramenta essencial para a uniformização e a qualidade da educação, apresenta desafios significativos na sua implementação na formação docente, especialmente na Educação Infantil. As lacunas na formação inicial e continuada dos professores, somadas à resistência e à falta de infraestrutura nas escolas, dificultam o pleno aproveitamento das diretrizes propostas. No entanto, a pesquisa também aponta para diversas possibilidades de alinhamento entre a formação docente e as exigências da BNCC. Investir em programas de formação continuada, além de garantir maior acesso a recursos pedagógicos, pode contribuir substancialmente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes. Além disso, as competências gerais da BNCC têm o potencial de transformar a prática pedagógica ao promover um ensino mais reflexivo, colaborativo e adaptado às necessidades das crianças.

É necessário compreender que a formação de professores é um processo contínuo, que exige atualização constante e diálogo com as mudanças propostas pelas políticas educacionais. A BNCC, ao propor competências e campos de experiência específicos, chama os educadores à reflexão sobre suas práticas, estimulando um ensino mais humanizado, contextualizado e sensível às necessidades infantis. Dessa forma, mais do que um documento normativo, a BNCC pode se tornar um instrumento de transformação quando integrada de maneira crítica e consciente à formação e atuação docente.

Além disso, é fundamental que as instituições formadoras e os sistemas de ensino estabeleçam parcerias para garantir a efetivação das propostas da BNCC. Isso inclui a oferta de condições adequadas de trabalho, tempo para planejamento e estudo, e espaços de escuta e troca entre os profissionais da educação. Ao reconhecer o professor como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, a BNCC contribui para a valorização da profissão docente e para a construção de uma educação infantil de qualidade, comprometida com o desenvolvimento pleno de todas as crianças.

**REFERÊNCIAS**

**ABREU, M. F. S.; DUARTE, S. F.; COSTA, S. R. F.** Impactos e desafios da implementação da BNCC na educação especial: uma revisão sistemática de literatura. **Repositório Institucional do IFES*,*** 2024. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/5629. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Brasília, 2017.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. **Professores  do  Brasil:  impasses  e desafios**. Brasília: Unesco, 2009.

IMBERNÓN,  F.  **Qualidade  do  ensino  e  formação  do  professorado:  uma mudança necessária.** São Paulo: Cortez, 2016.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 51-55.

JANZ,  L.  A.  T**.  Formação  continuada  do  professor:  uma  experiência  no espaço escolar**, 2020. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/532-4.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

**RODRIGUES, A.; RODRIGUES, A. C. S.; SENA, A. K. C.; SILVA, A. V. V. M.** BNCC: desafios e possibilidades na formação inicial de professores. **Educare - Revista da Educação**, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 1-19, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/educare/article/vi  
ew/67608. Acesso em: 15 mai. 2025.

SANTOS, S. E.; MACEDO, E. E. de. Bncc para a Educação Infantil e a Urgência de Resistências. **Debates em Educação.** v.13, nº. 33, set./dez.2021. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12694/9326. Acesso em: 14 abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13n33p1-14>

SILVA, Tomaz Tadeu da**. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia.** In.: GENTILLI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 9-29. 2001.

**VEIGA, I. P. A.** A importância da formação continuada para os professores. **ISCIWEB Revista Digital*,*** 2009. Disponível em: https://isciweb.com.br/revista/3564. Acesso em: 15 mai. 2025.